



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



**EDITAL DE LICITAÇÃO SIGA Nº TRF2-EDT-2024/00068 de 25 de junho de 2024**

**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

**Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000**

**Telefone: 2282-8682 / 2282-8016**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/24**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Proc. nº (TRF2-EOF-2024/00014)**

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00547 de 27/11/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**Data: 09 de julho de 2024**

**Horário (de Brasília): 13:00 horas**

**Local: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Planilha de Preços;



TRF2EDT202400068A

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VI - Minuta de Termo de Contrato

**1 - OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a **aquisição de mídias para backup, através do Sistema de Registro de Preços**, sendo o Tribunal Regional Federal da 2ª Região o órgão gerenciador e demais órgãos como partícipes, conforme item 1.4.2 e demais especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é composto por **04 (quatro) itens** itens, que poderão ser adjudicados a mais de uma licitante.

## 2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.1.1 - Poderão participar deste Pregão, **em relação ao item 4, exclusivamente** microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 (artigo 4º, caput, da Lei nº 14.133/2021), previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.1.1.1 – A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.



2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;



2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### 3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### 4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de



divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **VALOR UNITÁRIO DO ITEM QUE ESTIVER COTANDO**, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II do Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços /Contrato**, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Preços unitário e total do item, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II do Edital;

5.1.5.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim, todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.6 - **Descrição integral das características técnicas do(s) produtos(s) cotados(s)**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como a MARCA (e modelo, se houver);

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de entrega**, que deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) **dias corridos**, nos endereços indicados no item 18.2 do Termo de Referência, anexo I, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho/assinatura do contrato pelo Contratante;



**5.1.9 - Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:** 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado que o preço é vantajoso;

**5.1.10 - Prazo de garantia do produto, em cada fornecimento:** mínimo de **12 (doze) meses**;

5.1.10.1 – Os prazos serão contados a partir da data do recebimento definitivo dos materiais, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso seja maior.

5.1.10.2 - Durante o período da garantia a CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.1.10.3 - O prazo de garantia deverá ser integral, devendo cobrir qualquer defeito de fabricação, quando em condições normais de uso;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.10, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no *Compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;



5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

### **Das Condições de Fornecimento**

5.8 - Caso quaisquer dos produtos fornecidos venham a apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrentes do processo de fabricação ou devido à má qualidade, deverão ser substituídos pela empresa fornecedora, sem ônus para o Contratante, durante o prazo de garantia, que se inicia após o recebimento definitivo.

5.8.1 – O prazo máximo para substituição será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação do fato à Contratada;

5.8.2 - Não serão aceitos materiais/produtos cujas embalagens estejam danificadas.

5.8.3 - Os produtos devem ser entregues em embalagem original do fabricante devidamente identificada.

5.8.4 - Os certificados de garantia deverão ser entregues juntamente com os materiais.

5.9 - As empresas deverão descrever os materiais e as marcas/modelos cotados em suas propostas, com vistas a possibilitar a emissão do parecer técnico. Na hipótese de cotação de marca similar, o licitante deverá descrever as características da marca cotada, apresentando a ficha técnica do produto e/ou laudos técnicos, onde constem especificações claras e detalhadas do material, que possibilitem a verificação da similaridade dos produtos.

## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.



6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.10 - Durante a vigência inicial da Ata, os preços registrados são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as seguintes hipóteses:

6.10.1 - Força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021;

6.10.2 - Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.10.3 - Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata por mais 1 (um) ano os preços poderão ser reajustados pela variação do IPCA - calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro indexador que venha a ser acordado entre as partes, mediante solicitação do fornecedor, e desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme fórmula a seguir:





$$R = [(I - I_o) / I_o] \times V, \text{ onde:}$$

$R$  = Valor do reajustamento procurado.

$I$  = Índice da data do reajuste.

$I_o$  = Índice da data do orçamento estimado pela Administração

$V$  = Valor do Preço Registrado

6.10.3.1 – A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pro-rata, mas sim o mês cheio.

## 7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor unitário do item que estiver cotando**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.



7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 3,00 (**três reais**), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

7.12 - A apresentação de novas propostas na forma dos subitens 7.10 e 7.11 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.13 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8.4, se for o caso, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.13.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.13.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



## 8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR valor unitário do item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - **Para os itens 1, 2 e 3**, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora.

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.4.4 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4.5 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49, da LC nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



8.6 - Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, carecem de regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, serão as empresas convocadas para um sorteio eletrônico, a ser realizado no site <https://sorteador.com.br>.

8.6.1 – O pregoeiro, no chat, informará a data, horário e local para possibilitar a presença dos interessados.

8.6.2 - Ainda que não haja o comparecimento de interessados, o sorteio eletrônico ocorrerá na data e horário previamente marcados.

8.6.3 - O relatório do sorteio eletrônico será anexado aos autos do processo administrativo e divulgado aos licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal.

8.7 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos nos subitens 8.4 e 8.6 deste Edital, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.8 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR valor unitário do item que estiver cotando**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.9 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.10 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.11 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.11.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.12 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



8.13 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o pregoeiro aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.14 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

## 9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

## 9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.



9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio .

### **9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20 /2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

**9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:**



9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 /2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do TRF – 2ª Região, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

## 9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.





9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante fornece ou forneceu produtos de natureza similar aos itens que estiver cotando.

9.5.1.1.1 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.3 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

**10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região, e de cada órgão participante da data de registro de preços, se for o caso, na época da realização da despesa.

PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES	ELEMENTO DE DESPESA
02.061.0033.4257.6013	168.420	3.3.90.30.17

## 11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



contratos / licitações em andamento”, e no sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

## 12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a(s) licitante(s) vencedora(s).

12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## 13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, constante do Anexo V deste Edital, podendo, posteriormente,



ser convocada para retirar nota de empenho/assinar contrato, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez, mediante solicitação apresentada dentro do prazo e devidamente justificada pela licitante, que deverá ser aceita pelo TRF - 2ª Região, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

13.3 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

13.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

13.4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

13.4.2 - A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo Órgão ou entidade interessada por meio de contrato ou emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, os quais deverão ser assinados no prazo de vigência da ata de registro de preços.

13.4.3 - O TRF - 2ª Região não está obrigado a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.4.4 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.4.5 - A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será extensiva à data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo a que alude o subitem 16.1.2.

13.5 - Desde que atendidos os pressupostos da lei, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante



vencedora, seguido pelas licitantes que mantiveram sua proposta original, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

13.6 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

13.6.1 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens com preços iguais aos da adjudicatária anuir a contratação, serão convocadas as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço da adjudicatária.

13.6.2 - Caso frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do subitem 13.6.1, será realizada a adjudicação e firmado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

13.7 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/do Contrato.

## 14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O TRF - 2ª Região é o Órgão gerenciador responsável pela condução dos procedimentos de registro de preços e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, cuja vigência será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por igual período, a critério do TRF- 2ª Região, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.2 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o TRF - 2ª Região designará equipe para exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato.



14.3 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:

14.3.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

14.3.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo TRF - 2ª Região, sem justificativa razoável;

14.3.3 - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de alteração, nos termos do artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462/2023;

14.3.4 – Sofrer sanção prevista no artigo 156, incisos III ou IV, da Lei nº 14.133/2021;

14.3.4.1 - Caso a penalidade não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o Órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.4 - O cancelamento do registro do fornecedor será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.6 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão gerenciador na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

14.6.1 - Existência de razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

14.6.2 - Comprovação de que o fornecedor está impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, devido à ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

14.6.3 - Ausência de êxito nas negociações para adequação do preço registrado ao preço praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26 §3º, e do artigo 27 §4º, do Decreto nº 11.462/2023.

14.7 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e os órgãos da Administração Pública Federal não participantes do registro de preços, da seguinte forma.

14.7.1 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou



14.7.2 - de órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante.

14.8 - O Órgão gerenciador será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o subitem 14.7, na hipótese de haver estimativa das quantidades que pretende contratar;

14.9 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 15.2 e 15.3.

14.10 - O remanejamento de que trata o subitem 14.7 deve ser solicitado pelo órgão interessado e autorizado pelo Órgão gerenciador, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência deste(a). 14.11 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens

## 15 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Os órgãos da **Administração Pública Federal** que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 15.4.

15.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, por órgão da Administração Pública Federal, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.

15.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do



número de órgãos da Administração Pública Federal não participantes que aderirem. (artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023)

15.3.1 - O limite referenciado no subitem 15.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

15.4 - Os órgãos da Administração Pública Federal que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 15.1.3;

15.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

15.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

15.6 - Ao órgão da Administração Pública Federal não participante que aderir à Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.7 - O órgão da Administração Pública Federal não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

15.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

15.9 - É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

15.10 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste Edital.

## 16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido, da seguinte forma:



16.1.1 - Provisoriamente – De forma sumária, mediante recibo aposto no documento fiscal, pelo Fiscal Técnico, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.

16.1.2 - Definitivamente - Pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

16.1.2.1 – O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

16.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

16.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

16.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990.

16.5 - O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato

## 17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

17.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;





17.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

17.1.2.1 – O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas;

17.1.3 - Para fins do disposto no subitem 17.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

17.2 - O documento fiscal deverá ser entregue nos locais indicados no item 26.2 do Termo de Referência - Anexo I.

17.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

17.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

17.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;

17.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

17.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 17.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

17.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

17.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 17.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17.7.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela





variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

## 18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

18.1.1 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.1.2 – Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante;

18.2 – O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

18.3 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

## 19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - São obrigações do Contratante, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

19.1.1 – Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

19.1.2 – Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

19.1.3 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento do(s) produto(s)/material(is) objeto do Contrato;

19.1.4 – Comunicar oficialmente à Contratada qualquer falha ou irregularidade verificada no cumprimento do Contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;

19.1.5 – Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto do Contrato;



19.1.6 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

19.1.7 – Solicitar reparo, correção, remoção ou substituição do(s) produto(s)/material(is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

19.1.8 – Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

19.1.9 - Recusar o recebimento do material que esteja em desconformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela Contratada.

## 20 - DAS SANÇÕES

20.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

20.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

20.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

20.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

20.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



20.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

20.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

20.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ;

20.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11 e 20.1.12 acima, bem como nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 20.2.2.

20.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2.4 - **Multa:**

20.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

20.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

20.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante .

20.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa .

20.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;



20.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

20.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

20.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

20.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

20.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.



20.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

20.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

21.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

21.3 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

21.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;



21.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133 /2021;

21.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

21.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

- assinado eletronicamente -  
FERNANDA DE ANDRADE VECCHI  
Coordenador(a)





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

## Aquisição de

### Mídias para Backup

Junho de 2024

TRF2-EOF-2024/00014

Termo de Referência – v23

1



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SIT1 - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>

SIGA



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1. Registro de preços para eventual aquisição de Mídias para Backup tipo LTO para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região e os órgãos partícipes, conforme especificações estipuladas neste Termo de Referência.
- 1.2. As especificações contidas em cada descrição dos itens deste Termo de Referência prevalecem sobre as especificações constantes no SIASG/Comprasnet.
- 1.3. As especificações devem ser consideradas como requisitos mínimos, sendo aceitas especificações idênticas ou superiores.
- 1.4. A futura Ata de Registro de Preços deverá ser integrada pelos seguintes órgãos e entidades:

1.4.1. **ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2)**

CNPJ: 32.243.347/0001-51  
Rua Acre, 80, sala 604 (LICITAÇÃO) – Centro – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20081-000  
SITE: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br)  
Coordenadoria de Licitação: (21) 2282-8016 / 8682 (12 às 17h)  
E-mail: [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br)

1.4.2. **ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

1.4.2.1. **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SJES)**

CNPJ: 05.424.467/0001-82  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877  
Bairro Monte Belo  
Vitória/ES  
CEP: 29.053-245  
Site: [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)  
Seção de Licitações: Fone (27) 3183- 5105 (de 12 as 19h)  
E-mail: [selic@jfes.jus.br](mailto:selic@jfes.jus.br)

1.4.2.2. **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (TRF4)**

CNPJ: 92.518.737/0001-19  
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300  
Bairro Praia de Belas  
Porto Alegre/RS  
CEP: 90010-395  
Site: [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)  
Telefone Geral: (51) 3213-3000  
E-mail: [dlc@trf4.jus.br](mailto:dlc@trf4.jus.br)

1.4.2.3. **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO (TRF5)**

CNPJ: 24.130.072/0001-11  
Casa do Apolo, s/n  
Bairro do Recife  
Recife - PE  
CEP: 50.030-908



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15,  
PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEPOE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA -  
Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às  
16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>







PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

Site: [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)  
Telefone: (81) 3425-9000  
E-mail: [nsgd@trf5.jus.br](mailto:nsgd@trf5.jus.br)

- 1.4.2.4. JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO (JFPE)  
CNPJ: 05.441.804/0001-40  
Av. Recife, 6250  
Bairro do Jiquiá  
Recife - PE  
CEP: 50.865-900  
Site: [www.jfpe.jus.br](http://www.jfpe.jus.br)  
Telefone Geral: (81) 3213-6000  
E-mail: [yuri.galindo@jfpe.jus.br](mailto:yuri.galindo@jfpe.jus.br)
- 1.4.2.5. JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ (JFCE)  
CNPJ: 05.424.487/0001-53  
Praça Murilo Borges, Centro  
Fortaleza - CE  
CEP: 60.035-210  
Site: [www.jfce.jus.br](http://www.jfce.jus.br)  
Telefone Geral: (85) 3521.2500  
E-mail: [salatiel.filho@jfce.jus.br](mailto:salatiel.filho@jfce.jus.br)
- 1.4.2.6. JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS (JFAL)  
CNPJ: 05.419.211/0001-87  
Av. Menino Marcelo, s/n  
Serraria  
CEP: 57046-000  
Site: [www.jfal.jus.br](http://www.jfal.jus.br)  
Telefone Geral: (82) 2122-4181  
E-mail: [licitacoes@jfal.jus.br](mailto:licitacoes@jfal.jus.br)
- 1.4.2.7. JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA (JFPB)  
CNPJ: 05.433.643/0001-42  
Rua João Teixeira de Carvalho, nº 480  
Pedro Gondim - João Pessoa - PB  
CEP: 58031-900  
Site: [www.jfpb.jus.br](http://www.jfpb.jus.br)  
Telefone Geral: (83) 3690-1000  
E-mail: [rui.leal@jfpb.jus.br](mailto:rui.leal@jfpb.jus.br)
- 1.4.2.8. JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE (JFRN)  
CNPJ: 05.441.836/0001-45  
R. Dr. Lauro Pinto, 245  
Bairro Lagoa Nova  
Natal/RN  
CEP: 59.064-250



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15,  
PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEPOE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA -  
Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às  
16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>

SIGA



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

Site: [www.jfrn.jus.br](http://www.jfrn.jus.br)  
Telefone Geral: (84) 4005-7400  
E-mail: [rocha@jfrn.jus.br](mailto:rocha@jfrn.jus.br)

1.4.2.9. JUSTIÇA FEDERAL EM SERGIPE (JFSE)  
CNPJ: 05.426.567/0001-48  
Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500  
Bairro Capucho  
Aracaju/SE  
CEP: 49.081-083  
Site: [www.jfse.jus.br](http://www.jfse.jus.br)  
Telefone Geral: (79) 3216-2200  
E-mail: [arian.meneses@jfse.jus.br](mailto:arian.meneses@jfse.jus.br)

**2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS**

- 2.1. A licitante deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante a seguir, contendo discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso.
- 2.2. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.

Item	Descrição	Marca / Modelo	Qtd.	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Cartuchos de Fita de Dados <b>LTO-7</b> Ultrium CATMAT:444628		400	Unidade		
2	Cartuchos de Fita de Dados <b>LTO-8</b> Ultrium CATMAT:486071		600	Unidade		
3	Cartuchos de Fita de Dados <b>LTO-9</b> Ultrium CATMAT:608957		1400	Unidade		
4	Cartuchos de Fita de <b>Limpeza LTO</b> CATMAT:480312		155	Unidade		
Total						

ITEM	Descrição	UN.	Quantidade Registrada									
			TRF2	JFES	TRF4	TRF5	JFPE	JFCE	JFRN	JFPB	JFSE	JFAL
1	Cartuchos de Fita de Dados <b>LTO-7</b> Ultrium	UN.	400									
2	Cartuchos de Fita de Dados <b>LTO-8</b> Ultrium	UN.		300	300							

TRF2-EOF-2024/00014

Termo de Referência - v23

4



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOP - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>

SIGA



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

3	Cartuchos de Fita de Dados LTO-9 Ultrium	UN.				320	160	320	120	120	240	120
4	Cartuchos de Fita de Limpeza LTO	UN.	30	30	30	20	10	10	5	5	10	5

### 3. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- A utilização de mídias de backup, também chamadas de “cartuchos de fitas magnéticas” ou “fitas de backup”, é necessária para a realização de cópias de segurança (Backup) de dados. O volume desses dados vem aumentando devido à crescente geração de documentos eletrônicos, resultantes da maior utilização de aplicações de criação de textos, tabelas, e-mails, vídeos, áudios e de dados armazenados nos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados.
- A aquisição de mídias de backup para gravação de dados, portanto, é necessária para atender essa crescente demanda, seja oriunda do crescimento natural dos sistemas de TIC que já se utilizam do backup, como também de novos sistemas, implementados em velocidade cada vez maior.
- A aquisição para substituição de mídias de backup antigas por mídias mais modernas, com maior capacidade de armazenamento, também corrobora com a finalidade de expandir a capacidade de armazenamento dos sistemas de backup, atendendo os órgãos que recentemente adquiriram equipamentos de armazenamento de backup que utilizam tecnologia de mídias mais moderna.
- Para os órgãos onde se aplica, a substituição das mídias atuais por mídias de tecnologia superior, também impacta positivamente a velocidade de gravação, reduzindo a janela de execução das cópias de segurança (Backup).
- A reposição das mídias de backup também é importante para repor as mídias que eventualmente apresentem defeitos.

### 4. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- Garantir a gravação sem falhas e posteriormente a correta leitura dos dados, quando necessário.
- Reduzir a janela para execução das cópias de segurança (Backup) com a utilização de cartuchos de tecnologia mais moderna.
- Melhorar o grau de satisfação dos usuários através da recuperação (Restore) sem falhas de arquivos/pastas acidentalmente apagadas.
- Garantir o retorno de ambientes (sistemas de arquivos, e-mails, bancos de dados) que porventura venham a ser objeto de ataques de softwares malignos.
- Garantir quantidade de mídias suficiente para o sistema de backup atender ao crescimento da demanda.
- Possibilitar o aumento da longevidade da retenção de dados.
- Garantir quantidade de mídias suficiente para substituição das que, porventura, apresentarem erro de leitura/gravação.

### 5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO:

TRF2-EOF-2024/00014

Termo de Referência – v23

5



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>



TRF2INC202402008A

SIGA



TRF2EDT202400068A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 5.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) TRF2-DOD-2024/00008 e os Estudos Técnicos Preliminares (artefatos **ETPC**) constantes no processo TRF2-EOF-2024/00014.

**6. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF**

- 6.1. A solução está alinhada aos planos estratégico, diretor e de contratações de tecnologia da informação e comunicação, conforme apresentado nos quadros a seguir.
- 6.2. O objeto da contratação também está previsto no Plano de Contratações Anual – PAC do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA NACIONAL DE TI – ENTIC-JUD 2021/2026	
Macrodesafio	
Fortalecimento da estratégia de TIC e de proteção de dados	

ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA NACIONAL DE TI – ENTIC-JUD 2021/2026	
Id	Objetivo Estratégico
OE4	Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas

ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR – PDTI	
Id	Necessidade/Iniciativa
3	Continuidade e disponibilidade da infraestrutura de TI

ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR – PCTI	
Id	Descrição do objeto
20	Aquisição de Mídias para backup

ALINHAMENTO AO PLANO DE AQUISIÇÕES – PAC	
Id	Descrição do objeto
20	Aquisição de Mídias para backup

**7. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

- 7.1. A quantidade de mídias foi estimada e informada, por cada órgão participe, com base em distintas demandas, entre as quais:
- 7.1.1. Necessidade de completar os slots vazios existentes nas Tape Libraries para as quais foram adquiridas gavetas de expansão.
- 7.1.2. Necessidade de substituição periódica de cartuchos danificados naturalmente pelo uso.
- 7.1.3. Necessidades oriundas do crescimento natural do volume de dados objeto de backup.
- 7.1.4. Necessidades em função do atendimento de backup para novas demandas oriundas de novos sistemas de TIC.
- 7.1.5. Necessidade de aumento da longevidade da retenção de dados.



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPÉ - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>



TRF2INC202402008A

SIGA



TRF2EDT202400068A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 7.1.6. Necessidade de atualização de mídias antigas por mídias de tecnologia superior, com maior capacidade de armazenamento
- 7.1.7. Necessidade de mídias de limpeza para as unidades de fitas.
- 7.2. Assim, o quantitativo de mídias foi estimado por cada partícipe, de forma a manter as condições atuais de operação do sistema de backup; atender o crescimento da demanda em função do crescimento natural dos atuais sistemas de TIC e da implementação de novos sistemas; possibilitar o aumento da longevidade da retenção de dados; bem como promover a atualização tecnológica das mídias de backup e a limpeza das unidades de fitas.

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

- 8.1. Conforme apresentado na análise comparativa das soluções, Item 3.2 do ETPC, a alternativa consiste na Solução Viável 1, isto é, aquisição de Aquisição Mídias para Backup.

**9. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC**

- 9.1. Conforme apresentado no registro de soluções consideradas inviáveis, Item 4 do ETPC, não há alternativas para esta contratação tendo em vista que a solução "Aquisição de Mídias para Backup" é única.

**10. DA JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA**

- 10.1. Justifica-se a escolha por motivo da solução "Aquisição de Mídias para Backup" ser a única viável, conforme os Itens 8 e 9 acima.

**11. DA NATUREZA DO OBJETO**

- 11.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; são adquiridos de forma rotineira pela Administração Pública; apresentam características que encontram no mercado padrões usuais de especificação, sendo oferecidos por diversos fornecedores de TIC e admitem a possibilidade de julgamento objetivo pelo menor preço.
- 11.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**12. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

- 12.1. Conforme apresentado em justificativas para o parcelamento, ou não, da contratação, item 3.4 do ETPC, no contexto desta contratação e de acordo com os requisitos levantados o objeto é divisível em função de cada tipo de cartucho.

**13. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade **Pregão**, na sua forma eletrônica, por se tratar de bens e serviços comuns, nos termos do art. 28 c/c 29 da Lei 14.133/2021.
- 13.2. O critério de julgamento da licitação é o **menor preço** para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática, nos termos do inciso XLI do art.6º da Lei 14.133/2021.

TRF2-EOF-2024/00014

Termo de Referência - v23

7



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>



TRF2INC202402008A

SIGA



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

13.3. A aquisição será feita pelo sistema de **registro de preços**, nos termos do inciso XLV do art.6º c/c com o art.82 da Lei 14.133/2021. A escolha ampara-se no disposto no artigo 3º, inciso III, do decreto 11462, de 31 de março de 2023, haja vista tratar-se de contratação conjunta para atendimento das necessidades de diversos órgãos da Justiça Federal.

**14. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO E DA SUSTENTABILIDADE**

- 14.1. O conceito de TI verde é definido como um conjunto de práticas que torna mais sustentável e menos prejudicial o uso da tecnologia e está ligado aos processos de fabricação dos componentes, à administração e à utilização dos ativos de TI, bem como ao descarte do "lixo eletrônico".
- 14.2. A partir de tal premissa o TRF2 vem priorizando a adoção de processos na forma eletrônica, inclusive os processos administrativos, utilizando softwares aplicativos.
- 14.3. Os documentos deverão ser gerados e mantidos em sua forma digital e, com o objetivo de garantir a integridade deles, nestes poderão ser utilizados recursos tecnológicos de segurança da informação. O objetivo da referida adoção é manter cópias de segurança (Backup) dos documentos gerados, bem como das bases de dados das aplicações corporativas.
- 14.4. O armazenamento das cópias de segurança (Backup) em fitas configura-se numa escolha que prima pela sustentabilidade haja vista que o consumo energético da utilização de fitas é ínfimo se comparado a outros meios de armazenamentos de dados, tais como sistemas de discos.
- 14.5. É dever da CONTRATADA observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens.
- 14.6. A Contratada assume o compromisso de pautar-se sempre no uso racional de recursos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante, devendo os materiais serem, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 14.7. As mídias não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**15. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL**

- 15.1. Os itens fornecidos pela CONTRATADA deverão apresentar a qualificação técnica e seguir os ditames legais aplicáveis à contratação, necessários ao fiel cumprimento dos requisitos contidos neste Termo de Referência e seus Anexos, no Edital do Pregão Eletrônico, na Proposta da contratada aceita, na Ata de Registro de Preços, no Contrato Administrativo assinado, bem como nas disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

**16. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA**

- 16.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

TRF2-EOF-2024/00014

Termo de Referência – v23

8



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>



TRF2INC202402008A

SIGA



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 16.1.1. A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante fornece ou tenha fornecido material de natureza similar ao objeto do certame.
- 16.1.2. No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

**17. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Cartuchos de Fitas – Especificações Gerais.

- 17.1.1. As fitas para backup de dados devem ser compatíveis com os padrões Linear Tape Open (LTO) LTO-7 Ultrium, LTO-8 Ultrium e LTO-9 Ultrium;
- 17.1.2. As fitas LTO-7 Ultrium, LTO-8 Ultrium e LTO-9 Ultrium devem ser de fabricantes, obrigatoriamente, constantes da lista de fabricantes licenciados (compliance verified manufacturers) do site <https://www.lto.org/participants/>;
- 17.1.3. Os cartuchos deverão ser novos, sem uso e estar na linha de produção do fabricante no momento da apresentação das propostas. Não serão aceitos cartuchos usados, remanufaturados ou de demonstração. Os cartuchos deverão ser entregues em caixas lacradas pelo fabricante, não sendo aceitas caixas violadas.
- 17.1.4. Os cartuchos deverão possuir garantia do fabricante do material com, no mínimo, 12 (doze) meses para defeitos de fabricação a contar do recebimento definitivo (atesto da nota fiscal).
- 17.1.5. Durante o período de garantia, qualquer fita que apresentar defeito decorrente de falhas no processo de fabricação, ou devido à má qualidade ou que não atenda as especificações, deverá ser substituída por outra de igual especificação, devidamente etiquetada com a mesma numeração em etiqueta nova, sem qualquer ônus para o Contratante;
- 17.1.6. A CONTRATADA deverá fornecer etiquetas de identificação para a fita, conforme os seguintes critérios:
- 1.1.1.1. Para cada cartucho deverá ser fornecida uma etiqueta de código de barras;
- 1.1.1.2. O código de barras deverá ser impresso utilizando a simbologia e especificações USS-39 compatíveis com os drives LTO padrão Ultrium e deverá ser impresso em modo colorido no padrão existente na localização solicitante.
- 1.1.1.3. A numeração sequencial dos códigos de barras a ser fornecida será informada no momento da solicitação de fornecimento.

17.2. Cartucho de Fita LTO-7 Ultrium com Etiquetas.

- 1.1.2. Os cartuchos deverão ser compatíveis com tecnologia LTO, padrão Ultrium 7;
- 1.1.3. A fita deverá possuir capacidade de armazenamento conforme os seguintes requisitos:
- 1.1.3.1. Capacidade nativa: 6 TeraBytes;
- 1.1.3.2. Capacidade comprimida: de até 15 TeraBytes;

17.3. Cartucho de Fita LTO-8 Ultrium com Etiquetas.

- 1.1.4. Os cartuchos deverão ser compatíveis com tecnologia LTO, padrão Ultrium 8;
- 1.1.5. A fita deverá possuir capacidade de armazenamento conforme os seguintes requisitos:
- 1.1.5.1. Capacidade nativa: 12 TeraBytes;
- 1.1.5.2. Capacidade comprimida: de até 30 TeraBytes;

17.4. Cartucho de Fita LTO-9 Ultrium com Etiquetas.



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPÉ - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.

Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>

SIGA



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 1.1.6. Os cartuchos deverão ser compatíveis com tecnologia LTO, padrão Ultrium 9;  
1.1.7. A fita deverá possuir capacidade de armazenamento conforme os seguintes requisitos:  
1.1.7.1. Capacidade nativa: 18 TeraBytes;  
1.1.7.2. Capacidade comprimida: de até 45 TeraBytes;
- 17.5. Cartucho de Fita de Limpeza LTO com Etiquetas.  
1.1.8. Os cartuchos deverão ser compatíveis com tecnologia LTO;  
1.1.9. A fita deve possuir vida útil de no mínimo 50 ciclos de limpeza;

**18. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA**

- 18.1. O prazo de entrega dos produtos será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura do contrato.
- 18.2. As entregas dos materiais deverão ser agendadas e realizadas nos seguintes endereços:
- 18.2.1. SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Seção de Material - SEMAT  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo - Vitória/ES, CEP: 29.053-245  
Telefone: (27) 3183-5004  
E-mail: [semat@jfes.jus.br](mailto:semat@jfes.jus.br)  
Horário: das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª
- 18.2.2. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Divisão de Patrimônio e Almoxarifado/Seção de Almoxarifado  
Rua Acre, nº 80, sala 305 – Centro, Rio de Janeiro – RJ  
Telefone: (21) 2228-8234  
E-mail: [salmox@trf2.jus.br](mailto:salmox@trf2.jus.br)  
Horário: das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª
- 18.2.3. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
Núcleo de Logística (NLOG)  
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300  
Bairro Praia de Belas  
Porto Alegre - RS  
CEP 90010-395  
Supervisor do Setor de Material  
Telefone: (51) 3213-3754  
E-mail: [sepat@trf4.jus.br](mailto:sepat@trf4.jus.br)  
Horário: das 11:00 às 18:00 horas, de 2ª a 6ª
- 18.2.4. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO  
Cais do Apolo, s/n, Bairro do Recife  
Recife - PE,  
CEP: 50.030-908  
E-mail: [nsgd@trf5.jus.br](mailto:nsgd@trf5.jus.br)  
Telefone: 81 3425-9318
- 18.2.5. JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO  
Av. Recife, 6250, Bairro do Jiquiá  
Recife - PE, CEP: 50.865-900  
E-mail: [yuri.galindo@jfpe.jus.br](mailto:yuri.galindo@jfpe.jus.br)



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15,  
PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA -  
Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às  
16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>

SIGA



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

Telefone: 81 3351-2000

- 18.2.6. JUSTIÇA FEDERAL EM CEARÁ  
Praça Murilo Borges, Centro  
Fortaleza - CE, CEP: 60.035-210  
E-mail: salatiel.filho@jfce.jus.br, luis@jfce.jus.br  
Telefone: 85 3521-2707
- 18.2.7. JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE  
R. Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova  
Natal - RN, CEP: 59.064-250  
E-mail: rocha@jfrn.jus.br  
Telefone: 84 99117-8468 / 3351-3236
- 18.2.8. JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA  
R. João Teixeira de Carvalho, 480, Pedro Gondim  
João Pessoa - PB, CEP: 58.031-900  
E-mail: Rui.leal@jfpb.jus.br, Daniel.barbosa@jfpb.jus.br  
Telefone: 83 3690-1203 / 1030 / 1086
- 18.2.9. JUSTIÇA FEDERAL EM SERGIPE  
Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Capucho  
Aracaju - SE, CEP: 49.081-083  
E-mail: arian.meneses@jfse.jus.br  
Telefone: 79 3216-2200
- 18.2.10. JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS  
Av. Menino Marcelo, s/n, Serraria  
Maceió - AL, CEP: 57.046-000  
Contato: alencar@jfal.jus.br; ssm@jfal.jus.br  
Supervisor do Setor de Suporte e Manutenção  
Telefone: 82 2122-4372 / 82 2122-4159  
Horário de 8 as 18 horas

- 18.3. O transporte dos materiais até o local especificado pelo CONTRATANTE deverá ser realizado pela empresa CONTRATADA (inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado).
- 18.4. A verificação quanto ao estado dos materiais após o transporte será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sendo que, quaisquer danos ocorridos no transporte dos mesmos e observados a qualquer tempo, deverão ser reparados pela CONTRATADA, sem qualquer solidariedade por parte do CONTRATANTE.
- 18.5. Caso não sejam fabricados no Brasil, os materiais deverão ser importados legalmente, assegurando a prestação de garantia e suporte original do fabricante conforme estipulado neste Termo de Referência, não sendo aceitos materiais contrabandeados ou importados sem o reconhecimento da garantia no Brasil por parte do fabricante.

**19. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

- 19.1. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação. O prazo em todas as etapas tem como referência inicial o fim da etapa anterior:



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOP - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>

SIGA



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

Etapa	Descrição	Prazo
1	Assinatura do contrato	-
2	Entrega dos materiais	O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura do contrato.
3	Recebimento provisório do objeto	Imediatamente depois de efetuada a entrega dos materiais.
4	Recebimento definitivo do objeto	Até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório (Etapa 03), salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.
5	Pagamento da Nota Fiscal	De acordo com o Item 26 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, a seguir.

**20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 20.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 20.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens ou de Contrato ou de Nota de Empenho.
- 20.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 20.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável.
- 20.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato e em observância à forma estipulada pela Administração.
- 20.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.
- 20.7. Disponibilizar o acesso lógico e físico necessário para a execução do objeto desta contratação.
- 20.8. Efetuar o pagamento em observância à forma estipulada pela Administração.

**21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 21.1. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 21.2. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.
- 21.3. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e nesse Termo de Referência.
- 21.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>

SIGA



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 21.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da contratante.
- 21.6. Fornecer os bens solicitados dentro dos prazos estipulados e de acordo com as especificações definidas.
- 21.7. Prover suporte para a resolução de quaisquer problemas ou dúvidas referentes ao fornecimento, através de telefone ou e-mail.
- 21.8. Honrar os termos da garantia fornecidos pelos fabricantes.
- 21.9. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.
- 21.10. A CONTRATADA poderá fornecer itens com características adicionais e até mesmo superiores, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas e se mantenha a compatibilidade da solução. Tal mudança deverá ser solicitada à CONTRATANTE e deverá contar com a anuência da mesma.

**22. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO**

- 22.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, preferencialmente da Área Requisitante da solução, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;
- 22.2. Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área Requisitante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 22.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 22.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 22.5. Preposto: funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

**23. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 23.1. A comunicação ocorrerá por e-mail corporativo, ofício ou ordens de serviços.
- 23.2. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração nos meios disponibilizados para comunicação.

**24. DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE)**

- 24.1. Não se aplica

TRF2-EOF-2024/00014

Termo de Referência – v23

13



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>



TRF2INC202402008A

SIGA



TRF2EDT202400068A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

**25. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO**

- 25.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido mediante termo detalhado, assinado pelas partes, da seguinte forma:
- 25.1.1. Provisoriamente – De forma sumária, mediante recibo apostado no documento fiscal, pelo Fiscal Técnico, imediatamente após efetuada a entrega do material, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.
- 25.1.2. Definitivamente – Pelo gestor do contrato e pelo fiscal requisitante, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;
- 25.1.2.1. O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.
- 25.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.
- 25.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da CONTRATADA em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do órgão contratante, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 25.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao órgão contratante as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990.
- 25.5. O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

**26. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 26.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).
- 26.1.1. No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.
- 26.1.2. Para fins do disposto no item 26.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 26.1.3. A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>

SIGA



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

26.2. O documento fiscal (nota fiscal de prestação de serviços), em 2(duas) vias, deverá ser entregue nos seguintes endereços:

- 26.2.1. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos  
Rua Visconde de Inhaúma, nº 68 – 2º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20090-030  
De segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas  
Deve ser enviado eletronicamente ao e-mail [scon@trf2.jus.br](mailto:scon@trf2.jus.br)
- 26.2.2. SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória – ES - CEP 29.053-245,  
à SEPRAC – Seção de Projetos, Aquisições e Acompanhamento de Contratos.  
Em caso de nota fiscal eletrônica, poderá ser enviada para o e-mail: [seprac@jfes.jus.br](mailto:seprac@jfes.jus.br)
- 26.2.3. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
A nota fiscal eletrônica deverá ser enviada para o e-mail: [ncpag@trf4.jus.br](mailto:ncpag@trf4.jus.br)
- 26.2.4. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO  
Cais do Apolo, s/n, Bairro do Recife, Recife - PE, CEP: 50.030-908  
Em caso de nota fiscal eletrônica, poderá ser enviada para o e-mail: [nsgd@trf5.jus.br](mailto:nsgd@trf5.jus.br)  
Telefone: 81 3425-9318
- 26.2.5. JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO  
Av. Recife, 6250, Bairro do Jiquiá, Recife - PE, CEP: 50.865-900  
Em caso de nota fiscal eletrônica, poderá ser enviada para o e-mail:  
[yuri.galindo@jfpe.jus.br](mailto:yuri.galindo@jfpe.jus.br)  
Telefone: 81 3351-2000
- 26.2.6. JUSTIÇA FEDERAL EM CEARÁ  
Praça Murilo Borges, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60.035-210  
Em caso de nota fiscal eletrônica, poderá ser enviada para o e-mail:  
[salatiel.filho@jfce.jus.br](mailto:salatiel.filho@jfce.jus.br), [luis@jfce.jus.br](mailto:luis@jfce.jus.br)  
Telefone: 85 3521-2707
- 26.2.7. JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE  
R. Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, Natal - RN, CEP: 59.064-250  
Em caso de nota fiscal eletrônica, poderá ser enviada para o e-mail: [rocha@jfrn.jus.br](mailto:rocha@jfrn.jus.br)  
Telefone: 84 99117-8468 / 3351-3236
- 26.2.8. JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA  
R. João Teixeira de Carvalho, 480, Pedro Gondim, João Pessoa - PB, CEP: 58.031-900  
Em caso de nota fiscal eletrônica, poderá ser enviada para o e-mail: [rui.lcal@jfpb.jus.br](mailto:rui.lcal@jfpb.jus.br),  
[Daniel.barbosa@jfpb.jus.br](mailto:Daniel.barbosa@jfpb.jus.br)  
Telefone: 83 3690-1203 / 1030 / 1086
- 26.2.9. JUSTIÇA FEDERAL EM SERGIPE  
Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Capucho, Aracaju - SE, CEP: 49.081-083  
Em caso de nota fiscal eletrônica, poderá ser enviada para o e-mail:  
[arian.meneses@jfse.jus.br](mailto:arian.meneses@jfse.jus.br)  
Telefone: 79 3216-2200



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15,  
PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA -  
Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às  
16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>

SIGA



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

**26.2.10. JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS**

Av. Menino Marcelo, s/n, Serraria, Maceió - AL, CEP: 57.046-000

A nota fiscal eletrônica deverá ser enviada para o e-mail: [ssm@jfal.jus.br](mailto:ssm@jfal.jus.br) / [nti@jfal.jus.br](mailto:nti@jfal.jus.br)

- 26.3. A CONTRATADA que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 26.4. A CONTRATADA optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações estipuladas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.
- 26.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.
- 26.5.1. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.
- 26.6. O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 26.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 26.7. No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a CONTRATADA não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.
- 26.7.1. Para fins de identificação da situação prevista no item 26.7, a CONTRATADA deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.
- 26.8. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

**27. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 27.1. O Órgão Gerenciador e os Partícipes designarão equipes de fiscalização das contratações, na forma da IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022.

**28. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

- 28.1. Não se aplica.

**29. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 29.1. Conforme Edital.

**30. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 30.1. O prazo de vigência inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, inclusive, estendendo-se até a data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>



TRF2INC202402008A

SIGA



TRF2EDT202400068A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

**31. DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO**

31.1. O custo estimado será o indicado na planilha anexa ao edital.

**32. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

- 32.1. A execução financeira se dará integralmente com a entrega de cada item objeto da contratação, conforme descrito nesse Termo de Referência, não havendo necessidade de cronograma ou maiores detalhamentos da execução física.
- 32.2. As despesas decorrentes da aquisição das licenças, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

Itens	Fonte Pagadora	PTR	Classificação da Despesa
1 a 4	TRF2, SJES, TRF4, TRF5, JFCE, JFPE, JFAL, JFPB, JFRN, JFSE	SEGO	33.90.30.17 – Material de TIC – Material de consumo

**33. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

- 33.1. A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes ao objeto contratado, a menos que expressamente autorizada pela CONTRATANTE.
- 33.2. A Contratada deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao objeto contratado, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do CONTRATANTE.

**34. DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

- 34.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por mais 1(um) ano, desde que comprovado preço vantajoso (nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021).

**35. APROVAÇÃO E ASSINATURA**

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Paulo Marcos Magalhães Lima (Titular TRF2) <b>Matrícula: 12076</b>	Pergentino Joaquim Alves Neto (Titular TRF2) <b>Matrícula: 12049</b>	Leonardo Pastro Vieira (Titular TRF2) <b>Matrícula: 11795</b>
Paulo Ribeiro da Silva (Titular SJES) <b>Matrícula: ES10196</b>	Roberto de Siqueira Barreto Junior (Suplente TRF2) <b>Matrícula: 11737</b>	Miguel Angelo Ferreira da Costa (Suplente TRF2) <b>Matrícula: 12152</b>
Wanderson Leão Alves (Suplente TRF2) <b>Matrícula: 11810</b>		



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOP - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>

SIGA



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

Jorge Marcos Santos de Sant'Anna  
(Suplente SJES)  
**Matrícula: ES10438**

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC**  
**(OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL – § 3º do art. 11)**

Ana Luisa Carneiro da Silva  
**Matrícula: 11066**



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SIT1 - 17/06/2024 às 18:07:15, PAULO RIBEIRO DA SILVA - SUPERVISOR / SEOPE - 17/06/2024 às 19:23:35, PAULO MARCOS MAGALHÃES LIMA - Supervisor(a) / SEPROD - 18/06/2024 às 17:43:14 e LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 19/06/2024 às 16:15:45.  
Documento Nº: 4138210-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4138210-4107>



TRF2INC202402008A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:46:48.  
Documento Nº: 4110094.36265090-7638 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265090-7638>





ANEXO II  
PE 90055/24  
TRF2-EOF-2024/14  
**PLANILHA DE PREÇOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANT.	PREÇOS	
				UNIT(R\$)	TOTAL(R\$)
1	Cartuchos de Fita de Dados LTO-7 Ultrium	Unid.	400	465,12	186.048,00
2	Cartuchos de Fita de Dados LTO-8 Ultrium	Unid.	600	616,85	370.110,00
3	Cartuchos de Fita de Dados LTO-9	Unid.	1400	892,00	1.248.800,00
4	Cartuchos de Fita de Limpeza LTO	Unid.	155	306,78	47.550,90
VALOR TOTAL R\$ 1.852.508,90 (Um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e oito reais e noventa centavos)					

TRF2-EOF-2024/14- ANEXO II – Planilha de Preços



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:47:03.  
Documento Nº: 4110094.36265094-7634 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265094-7634>



TRF2EDT202400068A

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO MICROEMPRESAS**  
**(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de**  
**benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900\_\_/\_**  
Proc. nº TRF2-EOF-202\_/\_

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa (.....) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**CNPJ:**

—

EMPRESA

DATA

ASSINATURA



## ANEXO IV DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900\_\_/\_**

Proc. nº TRF2-EOF-202\_/000\_\_

\_\_\_\_\_**DECLARA**, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

( ) Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ=Membro do Poder Judiciário

Observação:

\_\_\_\_\_

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2024/\_\_\_\_\_  
Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2024/00014  
Pregão Eletrônico/ SRP N.º 9\_\_\_\_\_/2024  
Vigência: 01 (um) ano

O **Tribunal Regional Federal da 2.ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **TRF – 2ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 9\_\_\_\_\_/2024**, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024, conforme despacho n.º TRF2-DES-2024/\_\_\_\_\_, no Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2024/00014, **RESOLVE** registrar o preço da empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o(s) item(ns), atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto n.º 11.462/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2024/\_\_\_\_\_

**MINUTA**

Pág. 1



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/06/2024 às 18:49:29.  
Documento N.º: 4144717-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4144717-4553>

**SIGA** →



TRF2CAP202417614A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:47:51.  
Documento N.º: 4110094.36265115-6920 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265115-6920>

**SIGA** →



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP n.º 9 /2024 – Lei n.º 14.133/2021 Proc. TRF2-EOF-2024/00014

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de Mídias para Backup tipo LTO para este E. Tribunal e para os órgãos partícipes, atuando como Órgão Gerenciador o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e como Órgãos Participantes os relacionados no subitem 1.4.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo), conforme especificações estipuladas no referido Termo de Referência, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante classificada para o(s) item(ns), independentemente de transcrição, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º TRF2-EOF-2024/00014.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

2.1 – A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01(um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme artigo 84 da Lei n.º 14.133/2021.

2.2 - Este instrumento não obriga o TRF – 2ª RG a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

A administração desta Ata caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF-2ª Região.

**4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:**

4.1 – O (s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões), o(s) quantitativo(s), a(s) empresa(s) fornecedora(s) e representante(s) legal(is) encontram-se enunciados na presente Ata.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
1	Cartuchos de Fita de Dados LTO-7 Ultrium	Unid.	400		
2	Cartuchos de Fita de Dados LTO-8 Ultrium	Unid.	600		
3	Cartuchos de Fita de Dados LTO-9	Unid.	1.400		
4	Cartuchos de Fita de Limpeza LTO	Unid.	155		
VALOR TOTAL					

4.2 – Periodicidade de solicitação: conforme necessidade e disponibilidade orçamentária do Contratante.

4.3 – Nos preços registrados estão incluídos a incidência tributária e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas,

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2024/\_\_\_\_\_ *MINUTA* Pág. 2



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/06/2024 às 18:49:29.  
Documento N.º: 4144717-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4144717-4553>

SIGA



TRF2CAP202417614A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:47:51.  
Documento N.º: 4110094.36265115-6920 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265115-6920>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP n.º 9 /2024 – Lei nº 14.133/2021 Proc. TRF2-EOF-2024/00014

emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.

4.4 – A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais ao do licitante vencedor, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, inciso VII, da Lei 14.133/2021.

4.5 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta Ata de Registros de Preços, em observância ao disposto no art. 23 do Decreto nº 11.462/2023.

4.6 – O preço registrado poderá ser revisto nos termos do item 6.10 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.7 – O prazo de entrega dos produtos é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias **[no máximo, 30 (trinta) dias corridos, conforme Proposta]**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

4.8 – As entregas dos materiais deverão ser agendadas e realizadas nos endereços relacionados no item 18.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

**5 - CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

5.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, de acordo com o estabelecido no item 14 (14.3 ao 14.6) do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2024, e nas seguintes situações:

5.1.1 – pelo TRF – 2.ª RG:

5.1.1.1 - quando o Fornecedor descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços ou dos pedidos dela decorrentes;

5.1.1.2 - quando o Fornecedor não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.1.3 - quando o preço registrado se apresentar superior ao praticado no mercado e a Contratada não aceitar reduzir o preço registrado;

5.1.1.4 - por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

5.1.1.5 – quando o Fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;

5.1.1.6 - quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, hipótese em que será liberado sem aplicação de penalidade, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;

5.1.1.7 - quando o fornecedor ficar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

5.2 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente;

5.3 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata;



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/06/2024 às 18:49:29.  
Documento Nº: 4144717-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4144717-4553>

SIGA



TRF2CAP202417614A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:47:51.  
Documento Nº: 4110094.36265115-6920 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265115-6920>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP n.º 9 /2024 – Lei nº 14.133/2021 Proc. TRF2-EOF-2024/00014

5.4 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do item.

5.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do Fornecedor, o TRF poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**6 - CLÁUSULA SEXTA: DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:**

6.1 - O TRF-2ª RG fará as aquisições mediante à emissão de Contrato específico.

6.2 – A contratação será sempre representada pelo Contrato, sendo a celebração formalizada por meio de encaminhamento, ao Fornecedor com preço registrado na Ata de Registro de Preços, do mencionado instrumento contratual, via *e-mail* ou ofício, devendo, nesses casos, ser acusado o seu recebimento pelo Fornecedor.

6.3 – O Fornecedor se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

**7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1 - Os órgãos da Administração Pública Federal que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

7.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor.

7.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo Fornecedor, conforme item 7.4.

7.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, por órgão, a 50% (*cinquenta por cento*) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

7.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133 /2021 e artigo 32, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023).

7.3.1 - O limite referenciado no subitem 7.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462 /2023.



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/06/2024 às 18:49:29.  
Documento Nº: 4144717-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4144717-4553>

SIGA



TRF2CAP202417614A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:47:51.  
Documento Nº: 4110094.36265115-6920 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265115-6920>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP n.º 9 /2024 – Lei n.º 14.133/2021

Proc. TRF2-EOF-2024/00014

7.4 - Os órgãos que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 7.1.3.

7.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

7.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes desta Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

7.6 - Ao órgão não participante que aderir a esta Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.

7.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência desta Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

7.9 - É vedada a participação de órgão em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º \_\_\_\_/2024.

7.10 - O órgão que integra esta Ata de Registro de Preços poderá aderir a item desta ata, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º \_\_\_\_/2024.

**8 - CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE:**

8.1 - O valor constante no item 4.1 da Ata de Registro de Preços poderá ser reajustado, a critério do TRF 2ª Região, após a periodicidade de 01 (um) ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com os §§ 3º e 4º, “I”, do art. 92 da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.1 - O reajustamento dos preços registrados será feito com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - calculado e divulgado pelo

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2024/ \_\_\_\_

*MINUTA*

Pág. 5



TRF2CAP202417614A



TRF2EDT202400068A



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/06/2024 às 18:49:29.  
Documento N.º: 4144717-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4144717-4553>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:47:51.  
Documento N.º: 4110094.36265115-6920 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265115-6920>

SIGA





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP n.º 9 /2024 – Lei nº 14.133/2021 Proc. TRF2-EOF-2024/00014

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que as partes acordarem, de acordo com a fórmula a seguir:

$R = ((I - I_0)/I_0) \times V$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I<sub>0</sub> = Índice da data do orçamento estimado pela Administração.

V = Valor do Preço Registrado.

8.1.2 – A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pro-rata, mas sim o mês cheio.

**9 - CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA:**

9.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que (subitem 13.5 do Edital):

9.1.1 - Aceitarem cotar os preços iguais aos do(s) adjudicatário(s), observada a classificação da licitação; e

9.1.2 - Mantiverem sua proposta original.

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

10.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

10.2 - Integram esta Ata o Edital do Pregão mencionado no preâmbulo, seus anexos, a documentação e a proposta da empresa classificada, independentemente de transcrição.

10.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), o Fornecedor deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2024/

*MINUTA*

Pág. 6



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/06/2024 às 18:49:29.  
Documento Nº: 4144717-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4144717-4553>

SIGA



TRF2CAP202417614A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:47:51.  
Documento Nº: 4110094.36265115-6920 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265115-6920>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP n.º 9 /2024 – Lei nº 14.133/2021 Proc. TRF2-EOF-2024/00014

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas da presente Ata ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes a presente Ata.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Presidente

REPRESENTANTE LEGAL  
FORNECEDOR  
(cargo)

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2024/ \_\_\_\_\_

*MINUTA*

Pág. 7



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/06/2024 às 18:49:29.  
Documento Nº: 4144717-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4144717-4553>

SIGA



TRF2CAP202417614A



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:47:51.  
Documento Nº: 4110094.36265115-6920 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265115-6920>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2024/\_\_\_\_\_

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MÍDIAS PARA  
BACKUP TIPO LTO PARA ESTE E. TRIBUNAL, QUE  
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL  
DA 2ª REGIÃO E A  
EMPRESA\_\_\_\_\_.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2024/00014

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Tel.: ( ) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu(sua) \_\_\_\_\_, **Sr(a).** \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2024/00014, em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº 9 \_\_\_\_\_/2024, fundamentado na Lei nº 14.133/2023, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024, através do despacho nº TRF2-DES-2024/\_\_\_\_\_, **FIRMAM** o presente Contrato objetivando a *aquisição de Mídias para Backup tipo LTO para este E. Tribunal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2024/\_\_\_\_\_ – Empresa contratada

*MINUTA*

Pág. 1



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/06/2024 às 18:50:15.  
Documento Nº: 4144719-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4144719-7760>

SIGA



TRF2CAP202417615



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:48:07.  
Documento Nº: 4110094.36265117-6918 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265117-6918>

SIGA

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de Mídias para Backup tipo LTO para este E. Tribunal, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 9\_\_\_\_\_/2024 e seus Anexos I, II, III, IV e V, e na forma estabelecida no presente Contrato.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

**2.1 – DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO E DA SUSTENTABILIDADE:**

2.1.1 – Descrito detalhadamente no item 14 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

**2.2 – DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL:**

2.2.1 – Descrita detalhadamente no item 15 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

**2.3 – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:**

2.3.1 - Descritas detalhadamente no item 17 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

**2.4 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZOS DE ENTREGA:**

2.4.1 – O prazo de entrega dos produtos é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias *[no máximo, 30 (trinta) dias corridos, conforme Proposta]*, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

2.4.2 - As entregas dos materiais deverão ser agendadas e realizadas nos endereços relacionados no item 18.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

2.4.3 - O transporte dos materiais até o local especificado pelo Contratante deverá ser realizado pela Contratada (inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado).

2.4.4 - A verificação quanto ao estado dos materiais após o transporte será de exclusiva responsabilidade da Contratada, sendo que, quaisquer danos ocorridos no transporte dos mesmos e observados a qualquer tempo, deverão ser reparados pela mesma, sem qualquer solidariedade por parte do Contratante.

2.4.5 - Caso não sejam fabricados no Brasil, os materiais deverão ser importados legalmente, assegurando a prestação de garantia e suporte original do fabricante conforme estipulado no Termo de Referência, não sendo aceitos materiais contrabandeados ou importados sem o reconhecimento da garantia no Brasil por parte do fabricante.

2.4.6 - Caso quaisquer dos produtos fornecidos venham a apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrentes do processo de fabricação ou devido à má qualidade, deverão ser substituídos pela Contratada, sem ônus para o Contratante, durante o prazo de garantia, que se inicia após o recebimento definitivo.

2.4.7 – O prazo máximo para substituição será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação do fato à Contratada.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 9 /2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00014

- 2.4.8 - Não serão aceitos materiais/produtos cujas embalagens estejam danificadas.  
2.4.9 - Os produtos devem ser entregues em embalagem original do fabricante devidamente identificada.  
2.4.10 - Os certificados de garantia deverão ser entregues juntamente com os materiais.

**2.5 – DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

- 2.5.1 – A comunicação ocorrerá por e-mail corporativo, ofício ou ordens de serviços.  
2.5.2 - A Contratada deverá comunicar ao Contratante qualquer alteração nos meios disponibilizados para comunicação.

**2.6 - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

Etapas	Descrição	Prazo
01	Assinatura do contrato	
02	Entrega dos materiais	O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura do contrato.
03	Recebimento provisório do objeto	Imediatamente depois de efetuada a entrega dos materiais.
04	Recebimento definitivo do objeto	Até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório (Etapa 03), salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.
05	Pagamento da Nota Fiscal	De acordo com o Item 6.2 da Cláusula Sexta.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

3.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no Item 18 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e no Item 21 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo), parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

3.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.1.2 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

3.1.2.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital

Contrato nº TRF2-CON-2024/ \_\_\_\_\_ – Empresa contratada

*MINUTA*

Pág. 3



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/06/2024 às 18:50:15.  
Documento Nº: 4144719-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4144719-7760>

SIGA



TRF2CAP202417615



TRF2EDT202400068A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:48:07.  
Documento Nº: 4110094.36265117-6918 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265117-6918>

SIGA

do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato.

3.1.3 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

3.1.4 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

3.1.4.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

#### 4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 – São obrigações do Contratante, as constantes no Item 19 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e no Item 20 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo), parte integrante deste Contrato.

#### 5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 – Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do presente Contrato será recebido da seguinte maneira:

5.1.1 - Provisoriamente – De forma sumária, mediante recibo aposto no documento fiscal, pelo Fiscal Técnico, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

5.1.2 - Definitivamente - Pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado.

5.1.2.1 – O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

5.2 - O objeto deste Contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e seus anexos.

5.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do Contratante, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.



**6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**6.1 - DO PREÇO:**

**6.1.1 - Planilha de Preços:**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
1	Cartuchos de Fita de Dados LTO-7 Ultrium	Unid.			
2	Cartuchos de Fita de Dados LTO-8 Ultrium	Unid.			
3	Cartuchos de Fita de Dados LTO-9	Unid.			
4	Cartuchos de Fita de Limpeza LTO	Unid.			
VALOR TOTAL					

6.1.2 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

6.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como: materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes ao fornecimento contratado;

6.1.4 - Os preços são fixos e irrevogáveis.

**6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.2.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente por ela indicada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

6.2.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

6.2.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.2.1.2.1 – O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.



6.2.1.3 – Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2 – O documento fiscal deverá ser entregue nos locais indicados no item 26.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

6.2.3 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do Documento Fiscal.

6.2.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

6.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

6.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.2.6 - O Documento Fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei n.º 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/21, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS - Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

6.2.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.2.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

#### **7 - CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1 – As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União do Contratante, conforme o adiante especificado:





Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
3.3.90.30.17	168.420	

**8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES:**

8.1 – A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no **ITEM 20** do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

**9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:**

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e na Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

10.1 - O fornecimento dos produtos obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 9\_\_\_\_\_/2024, e seus Anexos I, II, III, IV e V;
- Proposta datada de \_\_/\_\_/2024 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2024/\_\_\_\_).
- Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2024/\_\_\_\_, constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 9\_\_\_\_\_/2024.

10.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão às condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.



**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:**

11.1 – O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado Gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) Fiscal Técnico, 01 (um) Fiscal Requisitante e 01 (um) Fiscal Administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

11.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 – Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

11.2.2 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do Contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações.

11.2.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

11.2.4- Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

11.2.5 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

11.2.6 - A fiscalização técnica dos contratos avaliará a entrega do material para evitar que a Contratada deixe de produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.2.7 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:**

12.1 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1.1 – O prazo de vigência do presente Contrato iniciar-se-á a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, descrito no subitem 16.1.2 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

12.2 – DO PRAZO DE GARANTIA:

12.2.1 – O prazo de garantia do produto é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, [**no mínimo 12 (doze) meses, conforme Proposta**], contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, de que trata o ITEM 16 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso seja maior.



12.2.2 - Durante o período da garantia a Contratada será obrigada a reparar, corrigir no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

12.2.3 - O prazo de garantia deverá ser integral, devendo cobrir qualquer defeito de fabricação, quando em condições normais de uso;

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS:**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

14.1 – O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

14.2 – No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

14.2.1 – As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

14.3 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20091-007, endereço eletrônico [dcont@trf2.jus.br](mailto:dcont@trf2.jus.br), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

14.4 – Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos documentos fiscais pendentes de pagamento, em decorrência de descumprimento contratual.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.



TRF2CAP202417615

SIGA



TRF2EDT202400068A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 9\_\_\_\_\_/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00014

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Presidente

RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)

Contrato nº TRF2-CON-2024/\_\_\_\_ – Empresa contratada

*MINUTA*

Pág. 10



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/06/2024 às 18:50:15.  
Documento Nº: 4144719-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4144719-7760>



TRF2CAP202417615

SIGA



TRF2EDT202400068A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 25/06/2024 às 14:48:07.  
Documento Nº: 4110094.36265117-6918 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4110094.36265117-6918>

